

## COMO ESTÃO NOSSOS RESULTADOS?

**Professor Nilson Vieira de Carvalho**

*Mestre em Direito Público pela Universidade de Franca,  
Diretor do Instituto de Ciências Exatas e Humanas e  
Coordenador do Curso de Direito do UNIARAXÁ*

### Qualidade e educação

Em nossos estudos sobre o ensino no Brasil, entre tantas questões, uma em particular nos tem preocupado sobremaneira: como atingir ensino de qualidade. Mas vêm conseqüentemente as perguntas - O que é qualidade no ensino? Como verificar a sua existência em nossas instituições?

Se vista sob um prisma reducionista e tecnicista, poderíamos dizer que qualidade é a compreensão, a apreensão pelos acadêmicos, dos conhecimentos indispensáveis à realização profissional nos mais diversos segmentos que a ciência proporciona, nas três esferas de Poder, no setor público ou privado ou até mesmo no Terceiro Setor.

Outros entendimentos existem a respeito do que seja qualidade como, por exemplo, de que, além da realização profissional, a pessoa humana atinja o crescimento suficiente para sua intervenção na sociedade de forma a transformá-la, a modificá-la, de forma a proporcionar realização e felicidade para todos e em todos os sentidos. Utopia? Vitor Hugo já dizia que "Utopia é a verdade no amanhã".

A adoção dos modelos de gestão da qualidade dos meios empresariais às escolas como forma de alcance de melhoria dos resultados vem sendo objeto de severas críticas nos meios acadêmicos.

Na década de 1990, estudos realizados pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com a Fundação Christiano Ottoni, demonstraram de forma inequívoca que procedidas as devidas adequações, o modelo de Gestão da Qualidade poderia, e muito, contribuir para o aperfeiçoamento da Gestão Escolar em todos os níveis.

Enfatizavam que a escola como uma empresa é um sistema constituído por processos (pedagógicos, técnicos e de apoio administrativo), sendo os processos conduzidos por pessoas. Que para a devida condução de tais processos, tais pessoas deveriam:

- definir de forma clara suas metas;
- dominar os métodos (meios) para atingir as metas (resultados);
- possuir habilidade em conduzir pessoas (liderança);

ter autoridade sobre os processos (meios) e responsabilidade sobre os resultados (fins).

Conhecendo os processos (pedagógicos, técnicos e de apoio administrativo) várias questões haveriam de ser respondidas, como:

- Para que existimos – qual é a nossa missão?
- A quem devemos satisfazer – quem são os nossos clientes?
- Onde estamos – contexto onde se insere a instituição?
- Aonde queremos chegar – nossa visão?
- Quais são as nossas metas – o que queremos atingir dentro de determinado prazo?
- Quais são nossas metas – o que queremos atingir dentro de determinado prazo?
- Quais são nossos problemas – a diferença entre nossas metas e os resultados obtidos?
- O que podemos fazer para melhorar nossos resultados – qual o nosso plano de ação?

As respostas a tais questões, segundo o estudo de Gestão da Qualidade, seriam objetivadas a partir do estabelecimento pela instituição de ensino de sua Missão, Visão, Crenças e Valores, através do documento PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, do PPI – Projeto Pedagógico Institucional e outros documentos normativos que orientariam a aplicação por todos os setores da instituição de ensino das práticas relativas a Ensino, Pesquisa, Extensão e Atividades Complementares.

Tais instrumentos, procedentes da Gestão da Qualidade, vêm sendo paulatinamente adotados por instituições que se propõem a realizar um ensino de qualidade.

Em meio à discussão quanto à adequação ou não da implantação da técnica de gestão da qualidade às instituições de ensino, o Professor José Dias Sobrinho apresenta-nos as seguintes considerações:

Como a vida atual necessita em grande escala do conhecimento especializado, na tentativa de resolver seus problemas sempre mais complexos, a importância dos conhecimentos e habilidades consistiria em sua capacidade funcional, qualidade essa conceituada e medida pelo critério de ajuste às necessidades imediatas do mercado. Útil é aquilo que tem valor prático e funcional. Profissional competente? Aquele que cumpre o perfil desenhado pelo mercado. Bons Estudantes: “Aqueles que mostram o repertório de condutas que têm sido preestabelecidas como modelo de aprendizagem” (Díaz Barriga, 1999:75). Conhecimento ou habilidades importantes? São aqueles requeridos pelo atual processo de produção das grandes empresas e conglomerados. Cursos de boa qualidade? São os mais ajus-

tados aos critérios de funcionalização econômica. Valores? Predomínio do técnico e do econômico sobre o conjunto de valores da sociedade. Modelo adequado para avaliar competências individuais ou desempenhos institucionais? Aquele que se utiliza de um instrumental técnico, rigorosamente elaborado segundo normas previamente estabelecidas, que se prende aos fatos e realidades exteriores, sem a contaminação da subjetividade e isento dos juízos de valores, que permitam descrições e comparações objetivas. Indivíduos e instituições podem, assim, ser classificados ou “ranqueados”, conforme os graus obtidos na competição pelo melhor cumprimento das noções de ajuste ao mercado e a seu modelo social.”

Pelo visto, a realidade é tida como unidimensional dentro de uma perspectiva positivista e tecnicista com predominância pelas necessidades apresentadas pelo mercado em detrimento dos valores da própria sociedade. A partir daí, vários questionamentos são feitos sobre os efeitos da aplicabilidade dos processos de gestão da qualidade às instituições de ensino. Que rumo, que caminho tomar quanto à formação de pessoas em vista de uma sociedade humanizada mais do que tecnicizada?

São, pois, válidos os instrumentos de gestão da qualidade, uma vez que possibilitam uma revisão de todos os processos utilizados no sistema educacional, devendo haver por parte de seus aplicadores a necessária sensibilidade de que na educação, mais do que produto final, pessoas estão passando por um processo de formação, no sentido de interferir em toda a estrutura social, a fim de aperfeiçoá-la, de melhorá-la, de aprimorá-la, transformá-la de forma a possibilitar a convivência humana sob valores sociais dignos.

### Mensurando resultados

Cipriano C. Luckesi, em brilhante trabalho apresentado no XVI Seminário Brasileiro de Tecnologia Educacional, discorre sobre “Avaliação Educacional Escolar: para além do autoritarismo”, apresentando dois pontos que merecem reflexão:

A prática da avaliação escolar, dentre do modelo liberal conservador, terá de, obrigatoriamente, ser *autoritária*, pois esse caráter pertence à essência dessa perspectiva de sociedade, que exige controle e enquadramento dos indivíduos nos parâmetros previamente estabelecidos de equilíbrio social, seja pela utilização de coações explícitas seja pelos meios sub-reptícios das diversas modalidades de propaganda ideológica. A avaliação educacional será, assim, um instrumento disciplinador não só das condutas cognitivas como também das sociais, no contexto da escola.

Finalisticamente, a gestão da qualidade aplicada aos sistemas de ensino é submetida a processos de mensuração de sua validade quanto ao nível de aprendizado dos integrantes dos processos, sob a forma de avaliação que é fixada pelas Instituições e pelo Estado, sendo alvo de críticas pela forma como são levadas a efeito; comumente pela não-existência de participação da comunidade acadêmica em sua formulação.

O modelo de avaliação em prática até nossos dias, como acima evidenciado, estaria sendo desenvolvido sob a égide de uma pedagogia dominante, de um modelo social dominante, podendo ser identificado como modelo social liberal conservador, nascido dos empreendimentos transformadores que culminaram na Revolução Francesa.

O modelo teria surgido da ação da burguesia unindo-se às camadas populares na luta contra os privilégios da nobreza e do clero feudal, tendo como premissa o autoritarismo, ou seja, se dispõe a ser um elemento para garantia do modelo social vigente.

Preconizava que cada indivíduo poderia e deveria, com seu próprio esforço, livremente, contando com a formalidade da lei, buscar sua auto-realização pessoal, por meio da conquista e do usufruto da propriedade privada e dos bens.

Assim, presenciamos no dia-a-dia a manutenção (inconsciente, acredito) da prática de modelos arcaicos de avaliação. De fórmulas por demais superadas que, ao final, não conseguem mensurar de forma adequada o nível de aprendizado dos alunos.

Se os discentes saem-se bem nas avaliações ao longo de todo o processo e não conseguem o resultado esperado em Exames Externos, algo está errado. Ou as avaliações realizadas nas Instituições de Ensino, ou a forma de elaboração dos Exames Externos apresentam inadequações em relação ao que se espera.

No sentido de buscarmos a superação do quadro em que nos encontramos, Cipriano C. Luckesi nos remete à nova reflexão:

[...] a prática da avaliação nas pedagogias preocupadas com a transformação deverá estar atenta aos modos de superação do autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia do educando, pois o novo modelo social exige a participação democrática de todos. Isso significa igualdade, fato que não se dará se não se conquistar a autonomia e a reciprocidade de relações (Piaget, 1973; Luckesi, 1984<sup>a</sup>). Nesse contexto a avaliação educacional deverá manifestar-se como um mecanismo de diagnóstico da situação, tendo em vista o avanço e o crescimento e não a estagnação disciplinadora.

Participação, envolvimento, comprometimento, tanto nos sistemas de gestão da qualidade como no de avaliação dos processos de ensino. Todos os processos em prática devem, na medida do possível, ser submetidos à comunidade acadêmica. Todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, tenham alguma participação no processo - e possam interferir nos resultados - deverão participar de sua discussão, elaboração e implantação.

Só podemos conseguir envolvimento e comprometimento com a participação ativa nos processos. Não há como impor um processo de avaliação, por mais simples que ele seja. Cabe ao Docente nos dias atuais negociar de forma ampla e participativa a forma como vai avaliar seus alunos. Todo o processo requer diálogo permanente. Há o momento de discutir com o conjunto de alunos de uma determinada turma o que fora posto à realização destes e suas considerações a

respeito. Mas há o momento seguinte em que situações individuais deverão de ser discutidas e reavaliadas. A discussão do processo é tão importante ou mais que o valor atribuído.

A título de exemplo, a avaliação procedida no bimestre, tendo como foco um único instrumento, e este com valor atribuído em 70% do total do bimestre, como às vezes é praticado, é muito pouco. Por melhor que tenha sido sua elaboração, não consegue abarcar todo o potencial, todo o crescimento ocorrido pelo discente ao longo do período avaliado. O modelo há de ser repensado, revisto, reanalisado, adequado ao momento em que vivemos.

Já fora enfatizado por nossa Magnífica Reitora, Professora Maria Auxiliadora Ribeiro, que “processos de avaliação ocorrem de forma permanente”. Além de concordar com ela, acrescentaria que a prática da avaliação deve ocorrer através de vários instrumentos, em todos os momentos e ações em que estejam envolvidos docentes e discentes.

Devemos estar preparados para lidar com o grande potencial das diferenças. Isso mesmo, nosso grande diferencial está não na igualdade, mas na diversidade. As pessoas, em uma mesma turma, são diferentes, exigem cuidados diferentes, têm respostas diferentes. De igual forma, os cursos são diferentes, o perfil dos alunos de cada curso é totalmente diferente. As competências a serem desenvolvidas em relação a cada disciplina contribuirão para a formação sistêmica em relação ao curso, mas têm de per si características próprias.

Por fim, só poderemos concluir sobre a efetividade de nossas ações de ensino pelos resultados atingidos em benefício da sociedade. Estes só ocorrerão com a devida formação de nossos alunos como profissionais e muito mais, como cidadãos conscientes de suas responsabilidades sociais. Para tal, torna-se de suma importância a apreensão, compreensão, envolvimento e aplicação por toda a comunidade acadêmica dos preceitos contidos no ordenamento institucional, notadamente, no Plano de Desenvolvimento Institucional que, ao final, enquadra-se no contexto de gestão da qualidade no ensino, devendo-se buscar incessantemente a evolução de todo o processo e instrumentos de avaliação de forma participativa, democrática e libertária, valores fundamentais de um Estado Democrático Social e de Direito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LUCKESI, Cripriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

POVOA, Francisco Liberato et al. **Escola: solucionando problemas, melhorando resultados**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Eletrônica, UFMG – Escola de Engenharia, 1996.